
Imigrantes judeus e italianos: as relações interétnicas e a campanha de nacionalização




Jew and italian immigrants: interethnic relations and the campaign of nationalization

Cristine Fortes Lia*

Resumo: Ao longo da campanha de nacionalização, ocorrida no Brasil, nas décadas de 30 e 40 (séc. XX), durante o governo de Getúlio Vargas, evidenciou-se uma busca pela homogeneização da identidade nacional. Esse ideal de uniformização do povo brasileiro intencionava unificar toda a Nação em torno das tradições consideradas demonstrativas da “verdadeira brasilidade” e, principalmente, da obrigatoriedade de falar o idioma nacional, destruindo, assim, as referências culturais dos grupos de imigrantes. Devido à dificuldade de uma rápida assimilação da proposta governamental, a maior parte das regiões imigratórias do Rio Grande do Sul passa a ser apontada como “quistos estrangeiros”, sofrendo os rigores da política nacionalizadora de Vargas. Os imigrantes foram classificados entre “variáveis” de assimilação cultural, sendo apontados desde “bons para a nação” até chegar aos “verdadeiramente inassimiláveis”. Dessa forma, o discurso

Abstract: Along the nationalization campaign, held in Brazil in the decades of 1930-1940, during the government of Getulio Vargas, there was a search for the homogenization of national identity. This ideal of unification of the Brazilian people aimed to unify the nation around traditions considered demonstrative of the “real Brazilianness” and especially the obligation to speak the national language, and so destroying the cultural references of immigrant groups. Because of the difficulty of the rapid assimilation of the government proposal, most immigration regions of Rio Grande do Sul is identified as “foreign cysts,” suffering the rigors of Vargas’s nationalizing policy. Immigrants were classified as “variables” of cultural assimilation, since being appointed ranging from “good for the nation” to the ‘truly unassimilable. “Thus, the government’s and press’s discourse started to identify those who somehow collaborated with the nationalization project (such as Italians and Jews) and

* Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professora na Universidade de Caxias do Sul (UCS). *E-mail:* crisflia@bol.com.br




dos governantes e da imprensa passou a identificar aqueles que, de alguma forma, colaboravam com o projeto de nacionalização (como italianos e judeus) e os que em nada correspondiam às políticas nacionalizadoras (como alemães e, interessantemente, judeus). Este estudo analisa as relações que se desenvolveram entre esses grupos de imigrantes, em especial, judeus e italianos, diante das necessidades de assimilação da cultura brasileira.

Palavras chave: Imigrantes. Nacionalização. Estado Novo.

that in no way reflected the nationalizing policies (such as German and, interestingly, Jews). The present study examines the relationships that were developed among these immigrant groups, especially Jews and Italians, facing the Brazilian culture's assimilation needs.


Keywords: Immigrants. Nationalization. New State.






O período do Estado Novo no Brasil correspondeu a uma fase da história nacional marcada pela perseguição ao indivíduo de origem estrangeira. A busca pelo modelo de “brasileiro ideal” – branco (de matriz portuguesa), católico e bom trabalhador – promoveu uma intensa campanha de adequação dos comportamentos considerados inadequados à Nação brasileira. Para isso, utilizaram-se as mais diversas formas de restrição, controle e perseguição, que variaram desde a motivação emocional de amor à pátria até a violência extrema contra determinados indivíduos e instituições.

A campanha de nacionalização surgiu para resolver o problema da presença de comportamentos considerados indesejáveis. Deveria difundir (na verdade, obrigar) a utilização da língua portuguesa e um sentimento patriótico, inibindo severamente todas as manifestações individuais ou coletivas, que desviassem do que era considerado verdadeiramente nacional.

O Estado do Rio Grande do Sul, palco de inúmeras imigrações ao longo do século XIX e das primeiras décadas do século XX, constitui um valioso filão de análise da aplicação dos rigores da nacionalização. Além de ter recebido diversos fluxos migratórios, o estado gaúcho possuía expressivo contingente de imigrantes provenientes de dois países do Eixo: alemães e italianos, bem como seus descendentes. Nesse sentido, é importantíssimo abordar alguns elementos que identificam a ação dos agentes do Estado Novo.





A ideia de uniformização cultural proposta pelo governo estadonovista era totalmente incompatível com a presença de núcleos estrangeiros que promoviam a manutenção de elementos culturais de seus países de origem. A campanha de nacionalização voltou-se, então, para o que mais evidenciava a não adoção da suposta brasilidade: a manutenção de idiomas estrangeiros. Para a abolição das formas linguísticas estrangeiras, investiu-se fortemente na nacionalização via escola, obrigando todas as escolas a ministrarem aulas em português. Além do idioma, foram observadas atentamente questões religiosas e de vida cultural.

Ao longo desse processo de constante vigilância e proibições, as comunidades teuto e ítalo-gaúchas adotaram posições diferentes (ou pelo menos assim foram consideradas pelas autoridades do Estado Novo) diante da necessidade de neutralizar sua herança cultural. Os italianos e seus descendentes foram considerados aptos a incorporar os valores nacionais, ao contrário dos alemães, que corresponderam, nas palavras de Souza (1941), a um problema gravíssimo e de difícil solução.

Os imigrantes alemães passaram a ser apontados como potencialmente perigosos, inimigos da Nação brasileira, inseridos em seu território. Obras como a de Souza (1941), *Denúncia: o nazismo nas escolas do Rio Grande*, e a de Py (1942), *A 5ª Coluna no Brasil: a conspiração nazi no Rio Grande do Sul*, promoveram a divulgação do “pânico” ante o indivíduo de origem alemã: todos poderiam ser um espião nazista. Segundo Fachel (2002), com o objetivo de nacionalizar os alemães e seus descendentes, o Estado exagerava quanto à proximidade do perigo nazista, para justificar a violenta repressão que estava promovendo.

O referido autor também observa que a repressão, a censura e a fiscalização permanentes desempenhadas pelos órgãos responsáveis pela nacionalização, em especial no ensino, como o DIP, a Secretaria de Educação, a Liga de Defesa Nacional e a Polícia, promoveram uma destruição generalizada da memória histórica desse grupo. Uma grande quantidade de documentos, como: livros, revistas, almanaques, fotografias e outros tipos de recordações foram destruídos (em geral queimados), tanto pelos agentes oficiais de nacionalização quanto pelos próprios membros da comunidade teuta, como mecanismo de autodefesa.

Moreira (1994), analisando a obra referida de Py, chefe de Polícia do Estado do Rio Grande do Sul durante o Estado Novo, destaca o tom



de alerta que o texto tinha, bem como toda uma dicotomia entre o bem e o mal, entre a moral cristã e os horrores do nazismo (promovido, segundo Py, internamente, pelos imigrantes alemães), chamando a população para uma verdadeira cruzada contra os “quistos” perturbadores do bem-estar da sociedade brasileira. O livro ainda se propõe a ser integralmente verossímil e apresenta documentos e fotos considerados pelo autor como inquestionáveis.

Souza (1941), secretário de Educação do Rio Grande do Sul, nos anos do Estado Novo, na obra anteriormente referida, destaca a problemática da conspiração nazi (compartilhando inúmeras ideias com Py) e as dificuldades em promover a nacionalização na colônia alemã. As autoridades dos núcleos teutos (principalmente pastores/professores) foram apontadas como sendo não colaboradoras da nacionalização, estimulando a comunidade a se rebelar contra a proposta do governo brasileiro.

Mesmo afirmando que nem toda a comunidade teuto-gaúcha compartilhava dessa postura conspiratória contra os ideais de nacionalidade, Souza (1941) destaca a importância da ação repressiva e preventiva realizada no Rio Grande do Sul. Nesse sentido, destacava-se o desenvolvimento de um sentimento de brasilidade – calcado em uma cultura lusa – e o papel da educação – escolar e extraescolar (realizada pela Liga de Defesa Nacional, em estreita colaboração com a Secretaria de Educação).

A ação escolar, nas palavras do próprio secretário de Educação, “é a que se tem exercido com mais intensidade”. (1941, p. 72). Trabalhou-se, nesse aspecto, em uma ampliação da rede pública de ensino, no registro obrigatório de todas as escolas particulares, na proibição do ensino em idioma estrangeiro, com a consequente nacionalização de todo o ensino privado – via Decretos de 8 de abril de 1938 e de 12 de dezembro de 1938, que acarretou o fechamento de grande número de escolas – e, também, pela constante fiscalização das atividades escolares, em especial na zona colonial alemã. “Um corpo de fiscais, distribuídos por todos os municípios, com uma super-intendência regional, vigia, permanentemente, esses colégios.” (1941, p. 75).

Mas, por mais que se acreditasse nos efeitos positivos da campanha de nacionalização, Souza, assim como Py, chamavam a atenção para nunca se descuidasse do perigo que representava a comunidade teuta. Mas, com relação à comunidade ítalo-gaúcha, a concepção de integração



aos princípios da nacionalização, por parte das autoridades estado-novistas, foi bastante diferente.




O próprio Souza (1950), no texto *A educação na Região Colonial Italiana*, publicado no *Álbum Comemorativo do 75º Aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul*, evidencia uma visão absolutamente romantizada sobre o processo de imigração italiana para o estado. O *Álbum Comemorativo do 75º Aniversário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul* foi publicado em 1950, mas o texto de Souza, *A educação na Região Colonial Italiana*, que consta na referida publicação, foi escrito em 1939.

Afirmava, também, que os referidos imigrantes “não procuraram formar quistos desnacionalizados ou uma das famosas minorias raciais”. (1950, p. 378). Com relação aos problemas no ensino, extremamente comuns no discurso referente à Região de Colonização Alemã, o secretário de Educação afirmava que “na colônia italiana o problema da nacionalização do ensino não existia”. (1950, p. 378).


Observamos, ainda, que autores como Sganzerla (2001), que se lançaram à análise da repressão promovida contra a comunidade ítalo-gaúcha (no caso específico do estudo de Sganzerla, a comunidade enfocada é a da cidade de Guaporé), muitas vezes apresentada pela historiografia sobre o assunto como ocorrida com a mesma intensidade que a movida contra a população teuta, identificaram que a referida repressão foi relativamente pequena.

A referida autora constatou que na região enfocada “a repressão estado-novista foi relativamente pequena. Diante de uma população de 46.800 habitantes, somente 54 cidadãos foram detidos por alguns dias na delegacia local. Somente dois casos resultaram em inquéritos policiais”. (2001, p. 153). Da mesma forma, observou que a utilização do *talian* (dialeto italiano falado naquela região) manteve-se, principalmente pelos mais idosos e na zona rural, onde a atenção das autoridades era menos intensa. “Os depoentes são claros na proposta de que, sobretudo nas ‘colônias’, a vida e as práticas lingüísticas e culturais continuaram sem maiores modificações.” (2001, p. 154).


Diversos autores reconhecem que as medidas nacionalizadoras jamais foram implementadas – para os ítalo-gaúchos – com a rigidez que a historiografia propõe. Entretanto, identificam um aumento significativo na vigilância sobre a comunidade e que, mesmo ocorrendo de forma reduzida, a repressão (que se deu mais expressivamente em função do idioma) causou forte impressão na população dessas comunidades.



Se podemos observar uma certa flexibilidade quanto ao tratamento de ítalo-brasileiros, em comparação com os teuto-brasileiros, podemos identificar, também, um tratamento semelhante destinado aos imigrantes judeus. Apesar de serem considerados um grupo inassimilável e indesejável, no que se refere à nacionalização do ensino, a comunidade judaica foi bem menos atacada do que a alemã. Também passaram pela proibição de utilização de idiomas de origem, como o *íídiche* e o *hebraico* (o que, da mesma forma que observa Sganzerla sobre os italianos, nem sempre se cumpriu), pela proibição do ensino religioso nas escolas durante alguns períodos, pelo fechamento de instituições culturais, como a dos Israelitas de Cachoeira do Sul, o que, certamente, dificultava a adaptação dos mesmos em terras brasileiras.






Entretanto, os constrangimentos físico e moral foram bastante limitados ante os abusos praticados contra as comunidades alemãs. Principalmente após o desencantamento com a política de Hitler, na Europa, com a divulgação do temor ao nazi-fascismo, o grupo judaico foi ligeiramente poupado das investidas violentas do Estado Novo. Salientamos que essa minimização das perseguições não se deu em função de compaixão pelos problemas da Segunda Guerra Mundial, mas pelo fato de existir um grupo, o dos alemães, que passou a ocupar mais a atenção do Estado. Prova disso está no relacionamento com os refugiados judeus de guerra, que continuaram não sendo bem-vindos em terras brasileiras.




Especificamente no Rio Grande do Sul, o grupo alemão era numericamente bem maior que o judaico, o que atraiu ainda mais as atenções sobre ele. Assim, mesmo reconhecendo o fracasso das colônias agrícolas e a transferência dos imigrantes judeus para áreas urbanas, atitude que, em geral, desagradou às autoridades do Estado Novo, Souza sempre demonstrou certa simpatia pela comunidade judaica. Eizirik (1984), um integrante da comunidade judaica gaúcha, identifica como sendo um político que, desde 1935, se empenhou em defesa da referida comunidade. Segundo o autor, contra os integralistas defendeu os israelitas na Assembleia Legislativa, na imprensa e nos discursos públicos. “Aliás, em 1937, como Secretário de Educação, foi um dos primeiros homens públicos a manifestar-se contra o nazismo” (EIZIRIK, 1984, p. 77).

Souza (1941), em sua denúncia observou que os judeus que “nas cidades do Rio Grande do Sul [...] ocupam bairros inteiros” (p. 10), não se rebelavam contra a nacionalização. Juntamente com outros núcleos,



como poloneses, japoneses e italianos, os judeus não constituíam problema para o governo do estado. “Os judeus possuíam duas ou três escolas, que se nacionalizaram sem resistência. Aliás, o contingente de crianças israelitas, nas escolas públicas, é considerabilíssimo.” (p. 13).


Importante é destacar que, ao analisar a documentação da Secretaria de Segurança Pública, no mesmo período, identificamos uma atenção redobrada para com esses imigrantes. Se, no discurso oficial do secretário de Educação, judeus, poloneses e italianos não causavam perturbação aos ideais de nacionalização, para as autoridades policiais eram alvo de grandes preocupações. Os imigrantes poloneses, por exemplo, eram identificados como “baderneiros” e estavam constantemente sendo abordados pelas autoridades policiais da época, o que demonstra certa distância entre o discurso oficial do Estado e as práticas ocorridas contra tais comunidades no Rio Grande do Sul.



Dessa forma, os verdadeiros inimigos da Nação foram personificados nos teuto-gaúchos, e sobre eles recaíram os rigores da campanha de nacionalização. Quanto aos grupos *italo*, em função de serem provenientes de país do Eixo, e *judaico*, em função de ser um grupo considerado o mais inassimilável dentre os inassimiláveis – apesar de existir uma tendência da historiografia sobre o período em criar uma linearidade e homogeneidade das perseguições às minorias étnicas – observamos um discurso que os visualiza como adaptáveis à cultura local.

Obviamente, também sofreram com as medidas nacionalizadoras, de forma que não pretendemos concluir que o “grupo vítima” do período corresponde à comunidade teuta. Entretanto, é evidente que existiram formas diferentes de visualizar os grupos étnicos e, conseqüentemente, a experiência social de cada grupo se fez de forma diferenciada nesse período.

Importante é observar que não se formaram redes de solidariedade entre os diversos grupos de imigrantes; o projeto de nacionalização atingia a vida de todos que procuravam se adaptar à/ou reagir a essa assimilação da suposta brasilidade, de acordo com suas condições. Seria possível imaginar, então, que, dentro desse quadro de perseguições, os grupos étnicos se unissem e coletivamente enfrentassem as restrições que lhes eram impostas, o que, na verdade, nunca aconteceu. Se um grupo se manifestava em prol de outro, era no sentido de benefício próprio, de provar sua integração e sua responsabilidade para com a causa nacional. Não identificamos atitudes diretas de proteção a um grupo atacado por outro, igualmente estrangeiro.








Isso se evidencia ao se considerar Souza como uma autoridade que beneficiava a comunidade judaica no Rio Grande do Sul. Nos discursos do secretário de Educação não aparecem dados de nenhum benefício direto a essa comunidade, pelo contrário, nacionalizou as escolas israelitas, proibiu idiomas e obrigou a mudança de nome de diversas instituições. Nunca lançou uma advertência à campanha antissemita, que transcorria na época do Estado Novo. No entanto, sua ação na Secretaria de Educação, diante da comunidade alemã, fez-se de forma mais intensa do que com a comunidade referida.

Considerar o grupo judaico como assimilável passou a ser um benefício. Passivos permaneceram, então, os imigrantes judeus às agruras pelas quais passavam os alemães. Dentro da lógica de proteção das restrições impostas aos imigrantes e aos seus descendentes no Estado Novos, restava calaram-se ao ataque aos outros grupos. Enquanto “bombardeavam” os alemães, criou-se uma esfera de tolerância para com os outros grupos, inclusive, judeus e italianos.

É importante salientar que a atenção direcionada aos teutos apenas reduziu, em parte, as perseguições a outros grupos. As restrições aos grupos étnicos mantiveram-se ao longo de todo o Estado Novo, e o acompanhamento da trajetória da comunidade judaica, por exemplo, nesse período, exibe isso de forma bastante clara. Outros grupos, como o dos italianos, também permaneceram sob constante vigilância das autoridades estado-novistas.

É o que observou Sganzerla (2001), quando levantou dados sobre a detenção de membros da comunidade italiana da região de Guaporé e identificou prisões pela prática pública de italianos, de proferirem acusações e de serem simpatizantes da 5ª Coluna, por delitos contra os principais símbolos da dignidade nacional e, também, percebeu um aumento expressivo da repressão a crimes e delitos comuns, que passaram a ser encaminhados com mais frequência à detenção, ou seja, era necessária uma maior repressão aos imigrantes, mesmo sendo italianos. Da mesma forma, não podemos cair no erro de imaginar que houve uma resistência plena por parte dos imigrantes alemães e de seus descendentes em serem incorporados à brasilidade.

Além disso, a atenção dada aos teuto-brasileiros ligados ao Luteranismo abarcou grande parte daquela que era direcionada aos israelitas, pois os primeiros eram enfocados com frequência por problemas ligados à religiosidade: os imigrantes luteranos eram, entre os alemães, os efetivamente considerados inaptos para compor a almejada brasilidade,



pois eram considerados integrantes da 5ª Coluna, referência máxima de traição aos ideais nacionalistas do período. Os judeus que professavam uma religiosidade muito mais distante do catolicismo do que a professada pelos luteranos, acabaram sendo mais tolerados, num país que almejava ser totalmente católico.




Entretanto, salientamos, mais uma vez, que essa tolerância nunca significou o reconhecimento de outras etnias, seja de judeus, italianos, poloneses, seja de outro grupo, como verdadeiros integrantes da proposta de brasilidade. Nunca passaram de uma espécie de “cidadãos de segunda categoria”, por mais que tentassem demonstrar assimilação. Além disso, em grande parcela dos casos, a não demonstração de integração ocorria pelo não entendimento do significado de nacionalização; os imigrantes não assimilavam as razões pelas quais eram proibidos de falar seu idioma, de professar suas crenças, etc.

Além disso, a constante divulgação de presença nazista na comunidade alemã, e muitas vezes na italiana, serviu para impedir ainda mais a proximidade entre os diferentes grupos étnicos. A manutenção (ou a negociação) da identidade cultural acabou por se constituir em um processo individual de cada grupo, que desenvolveram formas de tentativa de integração ou reafirmação das qualidades de cada comunidade.

Destacamos que, neste texto, nos utilizamos, especificamente, da documentação oficial do estado, o que nos permite visualizar uma preferência pelas autoridades da época por determinados grupos de imigrantes. Judeus e italianos, que possuem trajetórias migratórias absolutamente distintas e receberam tratamento igualmente diverso pelas autoridades brasileiras nos processos de chegada e permanência no Brasil, mas acabaram, dentro do discurso oficial da campanha de nacionalização, sendo identificados como imigrantes de “mesma índole”.


O contato entre essas duas comunidades de imigrantes, judeus e italianos, foi mínimo e, na maioria das vezes, inexistente. Salientamos novamente a total fragilidade das relações interétnicas, o que não impediu que as autoridades, empenhadas na campanha de nacionalização, lançassem uma visão homogeneizadora para as atitudes desses grupos.

Obviamente, uma vez tendo sido apontado o “grupo inimigo”, neste caso a comunidade teuto-brasileira, tornou-se necessário positivar a imagem de outros grupos, pelo menos no nível discursivo. É no discurso oficial de políticos do Estado Novo, no Rio Grande do Sul, que, muitas vezes, identificamos a construção da ideia de similaridade entre os grupos




de imigrantes judeus e italianos na prática da colaboração na assimilação da cultura nacional. Foram, na fala oficial do Estado, inúmeras vezes apontados como “bons imigrantes”.

Por outro lado, reiteramos, mais uma vez, que sabemos que essa construção discursiva de caráter oficial do Estado, aplicada no Rio Grande do Sul, não descaracteriza infinitas práticas de constrangimento, negação de vistos de entrada no Brasil e violência contra imigrantes judeus e italianos. A memória dessas comunidades não evidencia a mesma situação confortável existente na documentação do Estado. Se pertencer a um dos países do Eixo serviu para, em alguns casos, gerar desconforto na comunidade italiana, ser a vítima do Eixo não minimizou a situação dos imigrantes judeus no Brasil.



A Segunda Guerra Mundial ampliou o desconforto dessas comunidades imigrantes, umas por serem consideradas ligadas ao nazi-fascismo, e outras por serem vistas como a “escumalha de guerra”. De forma geral, todos os imigrantes eram vistos como inimigos do Brasil e como pouco assimiláveis, fazendo com que o tratamento destinado a eles sofresse algumas variações, que não chegaram a ser significativas para uma expressiva comodidade de nenhuma das comunidades imigrantes da época.



Referências

Documentos utilizados

Livros de Ocorrências da Polícia Civil de Porto Alegre (1935 a 1945) – Museu da Acadepol.

Documentação da Secretaria de Segurança Pública e da Casa de Correção de Porto Alegre: Matrícula dos presos recolhidos à Casa de Correção (1935 a 1939); Livro dos Sentenciados (1937 a 1939); Registro de condenados (1926 a

1948); Ofícios recebidos da Brigada Militar e do Exército (1939 a 1946); Registro de tratamento médico (1941 a 1945) – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Correspondência dos Governantes e Documentos dos Governantes (1938 a 1943) – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Relatórios da Brigada Militar (1940 a 1943) – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Referências

EIZIRIK Moysés. *Aspectos da vida judaica*. Porto Alegre: Ducs; EST, 1984.

FACHEL, José Plínio Guimarães. *As violências contra alemães e seus descendentes, durante a Segunda Guerra Mundial, em Pelotas e São Lourenço do Sul*. Pelotas: Ugufpel, 2002.

MOREIRA, Marli Merker. O conceito de nacionalização: a linguagem de Aurélio da Silva Py: A Quinta Coluna no Brasil. In: MULLER, Telmo Lauro (Org.). *Nacionalização e imigração alemã*. São Leopoldo: Ed. da Unisinos, 1994, p. 49-58.

PY, Aurélio da Silva. *A 5ª Coluna no Brasil: a conspiração nazi no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1942.

SGANZERLA, Cláudia Mara. *A lei do silêncio: repressão e nacionalização no Estado Novo em Guaporé (1937-1945)*. Passo Fundo: UPF, 2001.

SOUZA, J. P. Coelho de. *Denúncia: o nazismo nas escolas do Rio Grande*. Porto Alegre: Thurmman, 1941.

_____. A educação na Região Colonial Italiana. In: *Álbum Comemorativo do 75º Aniversário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul*, Porto Alegre: Globo, 1950.

Recebido 20 de setembro de 2010 e aprovado em 20 de outubro de 2010.